

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.415.255 - SP (2018/0330147-4)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : **PAULO CESAR SILVESTRE DA CRUZ**
AGRAVANTE : **TELMA GOMES DA CRUZ**
ADVOGADO : **CARLOS GOMES GALVANI - SP034188**
AGRAVADO : **CONSTRUTORA ROMEU CHAP CHAP S/A**
ADVOGADO : **WELLINGTON DAHAS OLIVEIRA - SP228806**

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

"PRESCRIÇÃO – Ação indenizatória – Compromisso de compra e venda – Sentença de ação de rescisão que resolvera o contrato por inadimplemento dos réus adquirentes, que foram condenados a devolver o imóvel compromissado à venda, recebendo, em contrapartida, os valores por eles desembolsados para pagamento das prestações do preço – Devolução do imóvel que foi frustrada em razão da arrematação do bem por terceiro, em ação de cobrança de despesas condominiais movida contra um dos compromissários compradores – Decisão que rejeitou arguição de prescrição lançada pelos réus – Inconformismo destes – Não acolhimento – Prazo prescricional aplicável é o decenal do art. 205 do Código Civil – Pretensão indenizatória decorrente do descumprimento de obrigação de fazer – Inaplicabilidade do prazo trienal do art. 206, § 3º, V, que diz respeito à reparação oriunda de ato ilícito em sentido estrito – Termo inicial que corresponde à data da arrematação do imóvel – Prescrição não caracterizada – Decisão interlocutória mantida – Recurso não provido" (fl. 61 e-STJ).

As razões do recurso especial alegam a violação dos arts. 205 e 206, § 3º, V, do Código Civil, além de divergência jurisprudencial. Sustentam que deve ser reconhecida a prescrição trienal para o caso.

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

Preliminarmente, importante consignar que o acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

Verifica-se que o acórdão recorrido, quanto ao prazo prescricional aplicável, assim consignou:

"Em primeiro lugar, o evento danoso que deu origem ao

pedido reparatório é a indigitada arrematação. Só a partir daí nasceu a pretensão indenizatória da agravada.

Logo, ao contrário do arguido nas razões recursais, não poderia o prazo prescricional ser contado de momento anterior à alienação judicial do imóvel, por exemplo, a data da prolação da sentença de rescisão do compromisso de compra e venda.

Ademais, o prazo a ser considerado é o decenal, do art. 205 do Código Civil, à míngua de regra específica.

*Inaplicável à situação concreta o prazo trienal do art. 206, § 3º, V, do Código Civil, o qual se refere à reparação oriunda de ato ilícito em sentido estrito, relativo às previsões dos arts. 186, 187 e 927, parágrafo único, do CC. **Nenhuma de tais hipóteses compatibiliza-se com o caso em análise, que diz respeito ao descumprimento de obrigação de fazer estabelecida em sentença**" (fl. 62 e-STJ - grifou-se).*

No entanto, tal fundamento não foi objeto de impugnação pela recorrente, atraindo a incidência da Súmula nº 283/STF, aplicada por analogia: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles"*.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/73). FUNDO DE INVESTIMENTO PRIVADO. RECURSO ESPECIAL QUANTO À ALÍNEA 'A' DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. NÃO CONHECIDO. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. PERTINENTE E NÃO ATACADO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N.º 283/STF. RECURSO ESPECIAL QUANTO À ALÍNEA "C". NÃO CONHECIDO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL.

1. A não impugnação de fundamentos do acórdão recorrido suficientes para a sua manutenção acarreta o não conhecimento do recurso especial. Incidência, por analogia, do Enunciado n.º 283 do STF.

(...)

5. O agravante deve atacar, de forma específica, os argumentos lançados na decisão combatida, sob pena de vê-la mantida.

4. AGRAVO INTERNO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESTA PARTE, DESPROVIDO."

(AgInt no REsp 1.449.334/DF, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/10/2016, DJe 13/10/2016)

"AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. OFENSA AO ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. NÃO DEMONSTRAÇÃO. ENUNCIADO 284 DA SÚMULA DO STF. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO. NÃO IMPUGNAÇÃO. INCIDÊNCIA DO VERBETE 283 DA SÚMULA/STF. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. MULTA DO ARTIGO 475-J DO CPC/73. NÃO APLICAÇÃO. ENTENDIMENTO ADOTADO NESTA CORTE. VERBETE 83 DA SÚMULA DO STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA A FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ. NÃO PROVIMENTO.

(...)

2. As razões elencadas pelo Tribunal de origem não foram devidamente impugnadas. Incidência do enunciado 283 da Súmula/STF.

3. O Tribunal de origem julgou nos moldes da jurisprudência desta Corte. Incidente, portanto, o enunciado 83 da Súmula do STJ.

(...)

5. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 1.044.393/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 19/10/2017, DJe 27/10/2017)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA N. 283/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. NÃO-REALIZAÇÃO DO COTEJO ANALÍTICO.

1. A ausência de impugnação dos fundamentos do acórdão recorrido que são suficientes para mantê-lo enseja o não-conhecimento do recurso. Incidência da Súmula n. 283 do STF.

2. (...)

3. Agravo regimental desprovido." (AgRg no Ag 1.109.816/DF, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 04/06/2009, DJe 15/06/2009)

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Deixo de tratar dos honorários recursais (art. 85, § 11, do CPC/2015) porque o recurso especial é oriundo de acórdão proferido em julgamento de agravo de instrumento, sem fixação de honorários sucumbenciais.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília-DF, 25 de março de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator